

Funaro exige melhor tratamento

Ao dar, ontem, um balanço da viagem de 15 dias que fez aos EUA e a três países europeus — França, Inglaterra e Alemanha — para discutir com banqueiros, empresários e autoridades financeiras a situação econômica brasileira e as perspectivas da economia para o próximo ano, o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, disse que o governo vai iniciar as negociações com os credores a partir desta semana, durante reunião anual do FMI e Banco Mundial, partindo do ponto de vista de que elas não poderão prejudicar o crescimento brasileiro.

Funaro destacou que o governo vai se empenhar em fazer valer seus pontos de vista e advertiu que o Brasil já pagou demais aos bancos, chegou a hora de receber um tratamento mais justo. Defendeu também, que os bancos adotem, na prática, o critério que defenderam há um ano segundo o qual cada país

precisa receber do credor um tratamento isolado, porque cada caso é um caso. O fato de o Brasil não submeter-se às regras do Fundo Monetário Internacional implica na necessidade de que esta realidade seja tratada como um caso diferenciado dos demais países que aceitam a auditoria do Fundo.

Mais uma vez, Funaro descartou a possibilidade de o Brasil aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional sobre as contas brasileiras, mas ressaltou que não haverá um rompimento com aquela instituição, os fiscais do FMI poderão acompanhar anualmente as contas nacionais sem, entretanto, interferir nas decisões oficiais.

O ministro lembrou que procurou em todos os momentos destacar junto aos credores a necessidade de manter o crescimento da economia brasileira. Trata-se de uma necessidade

que interessa diretamente a eles, sem o que ficaria difícil ao país cumprir os seus compromissos financeiros.

Quanto à idéia de que o governo está disposto a pagar de juros da dívida somente o correspondente a 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e não mais os 5%, ele disse que a mesma não foi colocada em nenhum momento. Destacou que as taxas de juros estão caindo e será fundamental que se consiga uma redução do pagamento das taxas de riscos adicionais aos juros, os chamados spreads, que os credores cobram do Brasil e que são excessivamente altos.

A situação da economia brasileira atual agradou os credores, segundo Funaro. Eles, disse, demonstraram confiança, acreditam que a política econômica está no caminho certo e não serão, acredita, criados obstáculos maiores à renegociação.